



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2012

Acta n.º 21

Ao décimo sexto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, no salão de festas do Futebol Clube Ferreiras, por convocatória de seis de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 28/11/2011; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para a concessão da concepção, construção e exploração do crematório de Albufeira, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da comparticipação financeira à Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve; -

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de atribuição de interesse público municipal do projecto "Passeio Marítimo de Albufeira", nos termos da alínea o) do n.º1 e da alínea b) do n.º3, ambos do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de publicidade, até 2 de Maio de 2012, aos proprietários e exploradores de estabelecimentos comerciais, de restauração e de bebidas, prestação de serviços e unidades hoteleiras, abrangidos pelo disposto no n.º3 do art.1º da Lei n.º97/88 de 17 de Agosto, na redacção dada pelo D.L. n.º48/2011 de 1 de Abril; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública, para artistas e artesãos, nas ruas e avenidas localizadas apenas no centro da cidade, para o corrente ano civil de 2012; -----

PONTO OITÁVO: Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ do ano 2011, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENÇAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Adriano



Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Luís Manuel Gomes Fernandes (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis. -----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS) e a Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Florbela Caixinha e Carlos Lima, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Sara Carvela e Luís Fernandes. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado ao público presente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Luís Reis - "Boa noite a todos. Tenho ouvido várias versões sobre o problema que existe entre os Condomínios S. Rafael e o Grupo Saraiva, acerca de umas cedências que foram, penso eu, recebidas pela Câmara, na altura da Urbanização, que constituíam as ruas e equipamentos. Dizem-me que houve uma cedência de toda essa parte que coincide com o mencionado na cedência à Câmara. Contudo, em determinada altura, também me dizem que a Câmara autorizou a construção de um restaurante e uma piscina e que, presentemente, houve uma tentativa de penhora àquela zona que foi considerada como zona de equipamento, que não está definido como lote mas sim prolongamento dos acessos e não foi possível as finanças fazerem a penhora. Penso que

tentaram e não conseguiram porque foi informado que aquela zona de equipamentos estava englobada na zona que tinham cedido à Câmara. Contudo, também me dizem que a Câmara informou que aquela zona de equipamento é, presentemente, do Grupo Saraiva. O que eu não entendo é, se parte de arruamentos e equipamentos tinha sido uma zona cedida à Câmara, como é que em determinada altura a Câmara autorizou a construção daquela piscina e daquele apoio disparate, e não tendo havido escritura dessa zona de equipamento para o Grupo Saraiva, como é que a Câmara se pronuncia dizendo que aquela zona é pertença do Grupo Saraiva? Eu já recebi várias versões de várias pessoas que moram lá e acho que as coisas, por aquilo que me contam, não têm contexto. Daí que eu gostaria, se o Sr. Presidente tiver em memória alguma coisa que me possa esclarecer, que me dissesse." -----

Vítor Clemente - "Três situações em concreto. Primeiro, esta é a terceira vez que falo e peço ao Sr. Presidente da Câmara Desidério Silva, se bem que na última reunião tivesse dado indicações, presumo, à parte, ao Sr. Vereador responsável pelo pelouro no que diz respeito, nos Olhos d'Água, à passadeira de peões que está distanciada de uma outra cerca de dez metros. Julgo que por esquecimento, seja o caso, mas é a terceira vez. Quando um Membro da Assembleia levanta uma situação, pelo menos a segunda vez e que não haja interesse ou gratificação do assunto, ele pode não ter razão, mas que me digam. Se não vamos começar a abrir todas as situações por escrito. O segundo assunto diz respeito à situação do cemitério de Albufeira. É certo que falei ontem com o Sr. Vereador Sequeira sobre o assunto em concreto, julgo que ele pode vir informar-se, se assim o entender, em face de um jazigo que está lá a ser construído que, pessoalmente, acho que de uma maneira muito incorrecta. Aquilo que lá está julgo não ter dignidade para os vivos, muito menos para os mortos. Terceiro assunto, é sobre o Giro: Sr. Presidente, o executivo PSD tem vindo a noticiar pela positiva a concessão do Giro no que respeita a transporte colectivo, mas nunca apresentou os custos dessa prestação de serviços. Eu solicitei à Câmara e foi-me fornecido, os custos quer da receita quer da despesa desde 2004 inclusive até 2011 e a estimativa para 2012. O Giro estando a funcionar desde 2004, tem sido uma das prestações de serviço que este executivo PSD tem vindo a fazer pela positiva. Mas tem sido este mesmo executivo que tem vindo a dar autorizações e não só, a outro tipo de serviço dito concorrente do Giro. Este executivo PSD, e da responsabilidade dos membros do PSD desta Assembleia Municipal, tem vindo a autorizar para além do dito comboio turístico, que de turístico só é o título, outro tipo de transporte urbano, ou seja, um ou mais autocarros que é bem visível que andam aí na parte dos serviços privados. Não tenho nada contra eles mas iremos ver. Vamos ao que interessa neste momento. O Giro, a concessão dada pelo executivo PSD face a concurso público, não teve o cuidado de defender o interesse municipal. Ora vejamos a concessão, data de 2004, até ao momento, para demonstrar o que de errado tem sido processado. Desde 2004 a população de Albufeira tem vindo a pagar este tipo de serviço. De facto, é um valor muito elevado. De 2004 a 2011, já os municípios pagaram pela má gestão, uma média de seiscentos e doze mil euros, mas com a tendência para aumentar face às políticas

erradas. Já o município teve de despende no total quatro milhões novecentos mil euros desde 2004 inclusive com 2011 e está estimado para 2012 setecentos e vinte mil. Valor este, que acredito, face ao histórico dos anos anteriores, seja mais de 21%, presumo. Sr. Presidente, o que se passa em concreto para que esta situação esteja nesta monstruosidade? É um custo muito elevado para os dias de hoje para um município. Que em nove anos não considerou como tempo suficiente para olhar para este tipo de despesismo. Sr. Presidente, mesmo que em nove anos não tenha reparado, eis que é chegada a altura de tomar a posição por este buraco, caso contrário a tendência é sempre para aumentar.” -----

Miguel Mesquita - “Penso que a resposta será muito simples porque a questão que vou colocar é muito concreta, relativamente à zona histórica de Albufeira. É a segunda vez que coloco a questão na Assembleia, no anterior mandato já o tinha feito. Tem a ver com o achado arqueológico junto ao antigo hospital, mesmo numa zona nobre, histórica, penso eu, de Albufeira, que há cerca de cinco anos permanece na mesma, com uma falta de dignidade para a cidade. Bem sei que isto não é da responsabilidade directa da Câmara Municipal, houve uma intervenção da cidade Polis, mas é a cidade que tem que responder por isso. Tem havido um esforço da autarquia em promover o concelho, a cidade, somos visitados por milhares de turistas, que ao depararem-se com aquela situação, questionam-se. A mim, é uma situação que me aflige, como Albufeirense e como português. Quando as entidades responsáveis não sabem cuidar do nosso património e da nossa história, isso deixa-me triste. Eu gostaria que, da parte da Câmara Municipal, se voltasse a pressionar junto do IPAR, para saber o que é que se vai fazer com aquilo. Há tantos anos que aquilo permanece na mesma e a degradar-se de dia para dia. Basta passarmos lá para ver. Eu gostaria que essa situação fosse reparada para bem do concelho.” -----

Presidente da Assembleia - “O Sr. Presidente quer responder?” -----

Presidente da Câmara - “Em relação ao Luís Reis. A última vez que me lembro de falarem sobre esta situação comigo foi há uns quatro anos. Nunca mais tive informação concreta sobre esta situação. Sei que os serviços jurídicos e técnicos abordaram esta questão, mas nos últimos três, quatro anos não fui questionado por ninguém, nem condomínio. Há documentos na Câmara, com certeza registos, com certeza decisões, deliberações, informação técnica e jurídica que, obviamente, poderemos fazer chegar, mas eu não consigo aqui neste momento dar outra informação sobre esta questão em concreto. Em relação às questões do Sr. Vítor Clemente. Eu passei nos Olhos d’Água e as passadeiras não estão a dez metros. Se são aquelas que eu vi, uma está a seguir ao Euromarchet e a outra está lá a cima, à entrada do mercado, não são dez metros. E ainda há outra que está junto a um semáforo. Portanto, eu não arrisco a tirar nenhuma das duas passadeiras que lá estão. Elas estão a uns cinquenta, setenta, oitenta metros, no mínimo. Tive o cuidado de passar lá verificar a situação. Se são estas que eu estou a localizar, não arrisco a tirar nenhuma. Se não são estas, peço desculpa, e estou disponível para corrigir ou ir ver outras passadeiras. Sobre a questão do cemitério. Ontem fui a um funeral e vi. De imediato procurei saber o que se passava, hoje falei

com o Vereador outra vez, ele falou com o Director de Departamento, sei que já deveria ter falado contigo, e portanto, nós estamos a verificar o que é que existe em relação a essa questão daquilo que foi a ideia e a tipologia. Mas preciso de algum tempo, meia dúzia de dias. Em relação à questão do Giro. Eu nem sequer ponho em causa a necessidade e aquilo que o Giro tem dado à cidade e ao município. Todos nós sabemos, seja o PSD ou seja o PS que quando se avança com um processo daqueles, há custos porque é um serviço público. Esses serviços públicos, nós, ao longo dos anos, temos procurado ir diminuindo aquilo que é a receita negativa daquele contrato. Durante estes anos andaram milhões e milhões de pessoas nestes transportes. O mais recente caso é a questão de Ferreiras/ Albufeira que tem sido um sucesso em termos de Giro. E ainda está a dar prejuízo mas as pessoas das Ferreiras não querem outra coisa para vir trabalhar para Albufeira. Haverá algum tempo em que fique equilibrado. Neste contexto é assim que as coisas funcionam. Se calhar, daqui a um ano ou dois, estará o preço de custo exactamente coincidente com o preço da concessão. Não se pode pôr em causa, o que aquele Giro tem servido a população de Albufeira. Basta pensar no transporte de alunos das nossas escolas. Só isso é uma mais-valia, do que o retorno económico para o concelho. Sobre a questão das autorizações. Eu lembro-me que quando vim para a Câmara já andavam autocarros particulares a fazer passeios pelo concelho, a ir buscar pessoas a cada um dos hotéis para aqui e para ali. Esse é um processo em que a mobilidade terrestre permite que alguns autocarros possam fazer essas viagens sem a autorização da Câmara, sequer. Portanto, é importante perceber bem isto. É preferível ter esses autocarros autorizados, concentrados e controlados, não coincidindo com aquilo que são os serviços públicos, do que ter autocarros uns verdes, uns amarelos, outros azuis, que não tendo necessidade da autorização da Câmara, acabam por circular no concelho e levar pessoas do concelho para outro concelho. Isso acontecia e estava a acontecer muitas vezes. Portanto, sobre essa matéria o que está aqui em causa é exactamente isso. Sobre a questão do Miguel Mesquita. É evidente que aquilo tem sido um problema com a questão do IPAR e as entidades que estão ligadas às questões da arqueologia. Nós já tentámos, duas ou três vezes, arranjar e recuperar aquilo. Os custos exigentes para recuperar aquilo de acordo com as regras todas, são muito complicados e, portanto, o que fazemos de vez em quando, é limpar. Porque eu já me apetecia, como deves calcular, tapar aquilo que está lá. Neste momento, o que eu acho que deve ser feito e aí assumo que se calhar não está limpo, mas ter-se-á de fazer esse trabalho. Mas em termos de execução daquilo, os custos são muito elevados para aquilo que são as exigências da recuperação daquele espaço. Para nós lá mexermos e tirar uma pedrinha temos de levar um batalhão de pessoas daquelas coisas todas para verificar se pode ser tirado ou não." -----

Luís Reis - "Só um pequeno reparo. Porque é que não se tapa aquilo, mesmo sem ser transparente? Porque é que não se protege aquilo até se resolver a situação?" -----

Presidente da Câmara - "É uma hipótese, mas mesmo assim tem de ter autorização. Se o Sr. Presidente me autorizar, pedia à Vereadora Marlene para dar uma informação adicional." -----



Vereadora Marlene - "Sobre esse assunto, eu já fiz o orçamento. E para poder tapar aquela exposição, tem de ser com mais ainda do que arranjar. Nós temos que pôr determinados produtos a calafetar aquelas pedras, tem que ser tapado com uma brita especial, tem que ser depois acimentado porque não se pode calcar para não destruir o que está por baixo. Isto para tapar, para depois poder voltar a abrir. O custo para tapar é superior ao custo para arranjar. E estamos a falar na ronda de quarenta, cinquenta, sessenta mil euros." -----

Carlos Gabriel - "É para falar sobre a intervenção do Sr. Vítor Clemente. O Sr. Presidente não lhe respondeu sobre a afirmação que ele fez, que o comboio turístico não era turístico. Daquilo que eu conheço por este país e este mundo fora, viajando às minhas custas e não às custas do município, aquele conceito que nós temos em Albufeira é, efectivamente, um comboio turístico. Se não é um comboio turístico, então gostava de saber o que é um comboio turístico." -----

Luís Reis - "Só um pequeno detalhe. É que no fundo nós consideramos o comboio turístico, depois consideramos os autocarros descobertos, depois vamos considerando mais não sei o quê e, aos poucos, acabamos por tirar o suporte do Giro. Deixamo-nos levar por este mercado desenfreado, onde acaba por não haver uma protecção aos investimentos que são cá feitos. Por exemplo, a situação do parque de estacionamento em frente à Turial, que muito prejudicou, e peço desculpa de estar a encaixar este assunto, mas, na realidade foi comentado por muitos comerciantes lá em baixo, em que eles se queixam. Não se consegue entender se o parque, presentemente, está a dar uma mais-valia do que dava antes de haver aquela pequena autorização de duas horas com um pequeno talão de compra. O certo é que, os comerciantes me dizem que têm muito menos gente, tudo bem, atendendo à crise, contudo, têm muito menos gente. O parque costuma estar vazio e ninguém consegue aproveitar nem sequer para as duas horas. Conheço muito boa gente que não vai lá em baixo, nem sequer para dar uma volta pela zona central, porque não calha bem ter de estar a pagar um euro ou dois quando antigamente poderia usufruir desse pequeno privilégio. Nem conseguimos incentivar para que as pessoas venham lá para baixo, nem, se calhar, o próprio município está a ter mais-valia do que aquilo que tinha antes. Não sei porque não conheço os números. Se o Sr. Presidente me poder dizer alguma coisa?" -----

Vítor Clemente - "Não vou dar resposta ao membro da Assembleia Carlos Gabriel, mas esta é a minha posição e eu respeito a dele. Por isso, como tal, não o considero e tenho dúvidas de que o seja, comboio turístico. É a minha interpretação, peço respeito por ela, como eu tenho respeito por todos os outros. No que diz respeito à parte da situação do Giro. O que me trouxe aqui foram, exactamente os números e os números são galopantes. É certo que não vou pedir ao Sr. Presidente, os números não estão disponíveis mas eu tenho-os. Em 2004 a diferença foi de 61% e em 2011, tem sido gradualmente, certo para menos, foi de 58%. Significa que em termos de receita o Giro fez 7 722.85 e o município teve que pagar 1 700 585.11. É isto, a chamada de atenção! Mais tarde estaremos a ter problemas, porque os problemas financeiros são graves e mais vale prevenir hoje do que remediarmos amanhã. É neste sentido que eu



trouxe este documento e tive o cuidado de o solicitar através da mesa da Assembleia, para verificar. Aliás, o que o Sr. Presidente da Câmara cita é uma verdade porque no que diz respeito à utilização em termos de números, mais para as escolas, é um benefício, mas os custos, hoje, têm de ser olhados de uma maneira totalmente diferente daquela que olhávamos há uns anos. Ao Sr. Presidente e à Vereação, uma chamada de atenção relativamente às tarifas. Quando fomos informados da situação do aumento do custo da água e outras, disseram-nos o seguinte, e temos de ter algum tipo de cuidado, isto está na lei, as despesas e as receitas têm de ser muito próximas, não é para fazer lucro, de modo algum, mas evitar prejuízos avultados. É isso que está a acontecer e o meu trabalho, trouxe para despertar. Mais tarde podemos vir a falar, talvez para o ano. Para 2012, o valor estimado é de um milhão e trinta mil de receita, contra um milhão setecentos e cinquenta e um de despesa. Espero que o milhão setecentos e cinquenta e um passe para um milhão só, em termos de despesa, mas há cuidados a ter. Também tive o cuidado de fazer um estudo no que diz respeito à receita do Giro, que é cinco mil e quinhentos euros mensais, julgo, por isso que são sessenta mil euros. Também estão aqui calculados em termos de benefício. É essa a minha chamada de atenção, como cidadão, porque mais tarde vem-nos tocar, como está a tocar a todos nós, em termos de custo naquilo que a Câmara tem como tarifas ou taxas. Por isso, mais vale prevenir a situação hoje, do que remediar amanhã, como há pouco dizia." -----

Adriano Ferrão - "Boa noite a todos. Eu estava aqui a ouvir falar do comboio turístico. Qual é o conceito que nós podemos dar a um meio de transporte que faz de comboio turístico. O comboio turístico é sempre um veículo que se trata de um recurso turístico num destino turístico. Por isso perfaz um itinerário que determina pontos de interesse para o visitante e vai, com certeza, mostrar esses pontos de interesse às pessoas. Normalmente é acompanhado com alguma informação turística sobre o destino turístico e satisfaz assim a procura turística que o município tem. É por isso que ele é comboio turístico! Esta a definição normal. Claro que existe sempre a possibilidade de, pontualmente, um indivíduo qualquer utilizar aquele mesmo transporte como se um transporte normal de passageiros se tratasse. É algo que é impossível estar aqui a separar. E por isso, aquele comboio turístico existe, faz mesmo um itinerário turístico, é um comboio turístico num destino turístico e é de interesse, as pessoas que nos visitam têm curiosidade em dar uma volta naquele comboio turístico. Eu penso que, por aí, justificasse perfeitamente o comboio turístico e o seu itinerário. Quanto ao Giro. Acho também engraçado, o PS que é tipicamente um partido que pretende ser defensor de questões sociais, pôr-se agora a levantar um conjunto de números e coloca-lo nessa balança como peso fundamental contrariamente no outro prato da balança o interesse da população sem posses que tem ali um transporte a custos baratos, e por isso a custos sociais, que assim possibilita a sua deslocação, bem como o grande número de alunos que este concelho tem. Que, felizmente, este concelho é um concelho jovem, com muitos alunos e que esses alunos utilizam esse Giro para se deslocarem para as suas escolas e das escolas para as suas casas. Se nós



pusermos nos dois pratos da balança estas duas situações, faz-me sempre estranhar que o PS apareça agora a defender "Ai Jesus, vem ai tantas contas, isto é um défice desgraçado, vamos ter de sacar de todos nós do bolso dinheiro para pagar isto e isto vai ser sempre crescendo". Há com certeza um balanço, há com certeza uma dose, tudo faz mal tudo faz bem depende da dose, já dizia Jacke Brevert e é isso que pretende vir a ser. Com certeza que o executivo tem isso em questão e estabelecerá as suas prioridades a seu tempo." -----

Luís Reis - "Penso que o que está aqui em questão não é se o Giro, se deve manter ou não se deve manter. O que está aqui em questão é os transportes paralelos que acabam por aparecer, avalizados pela Câmara. Faz com que o Giro acabe por ter muito menos gente do que deveria ter e cujos transportes paralelos acabam por ter gente que à priori deveria utilizar o Giro. É preciso não confundir o assunto. Levar o assunto fora de contexto, assim também não se vai lá. É só isso." -----

Presidente da Câmara - "Há aqui discussões que por vezes ultrapassam um pouco aquilo que é a razoabilidade. Todos nós e aqueles que aqui têm feito essas intervenções, conhecem a mobilidade das cidades e conhecem os serviços que as cidades devem prestar aos seus visitantes e seus residentes. É assim que isto funciona em todo o mundo! As pessoas podem ser evoluídas, por um lado, mas também têm de ser evoluídas para o outro. E as cidades, como na de Albufeira, quanto mais oferta houver, em termos do visitante, não descurando aquilo que é a mobilidade dos seus residentes, é sempre uma cidade com mais-valia, em termos daquilo que é a oferta para os comerciantes e para quem vive da situação económica do concelho. Não percebo, como é que um município onde as actividades económicas vivem essencialmente, para não dizer totalmente, daquilo que é a mobilidade das pessoas, daquilo que é a mobilidade daqueles que nos visitam, e chegam a uma cidade e têm várias opções de transporte para ir ao restaurante, ao hotel de cada um, como é que isso pode ser prejudicial para um município. Não entendo! Entendo é que, ao fim de nove anos do Giro e do comboio, agora é que aparece essa situação perante o Giro e o comboio. Não entendo! Porque em vinte e tal anos do PS não conseguiram pôr o comboio a andar, acho que o comboio andou um dia, não sei quantas horas. E o Giro também só arrancou connosco. Eu posso entender a questão das contas, mas o que entendo é que vocês têm um concelho que tem uma oferta diversificada, complementar e que é uma mais-valia para qualquer destino turístico como o concelho de Albufeira. Esta é que é a realidade do que estamos aqui a falar! E sobre a questão do estacionamento lá em baixo. Vocês, e quando digo vocês é a população de Albufeira e os turistas, podem-se considerar uns felizardos, se compararmos com Loulé ou com Faro, em que nós não conseguimos estacionar um carro num perímetro de dois quilómetros, perto de qualquer estabelecimento, sem pagar. Em todas as ruas têm de pagar. Em Albufeira têm dois sítios onde pagam estacionamento, em volta da Câmara estacionam milhares de carros, ninguém paga estacionamento. Digamos que, há aqui um falar de barriga cheia em relação a essas situações. Eu não acredito que uma pessoa que vá lá em baixo não tenha um euro ou cinquenta cêntimos para gastar, para estar lá uma ou duas horas. Em



qualquer cidade deste país, já se paga dois, três e quatros euros, para uma hora num lado qualquer. É evidente que toda a gente quer tudo de borla, mas isso não pode ser! E mais tarde ou mais cedo, pode ser que não seja já comigo, a futura Câmara tem que, se calhar, pôr estacionamento em todos os parques que tenham que existir. Acabará por ter acções que neste momento não estão a ser feitas. Numa cidade como esta, eu já disse, aqueles autocarros são complementares e não são incompatíveis, uns com os outros! Além disso, como eu disse, são questões de mobilidade que numa oferta de destino turístico há muitas coisas que são encolhidas. É a questão da saúde, é a questão da segurança, é a questão das acessibilidades, da mobilidade, é a questão dos transportes, é um conjunto de serviços. E acho que esta Assembleia tem, naturalmente, toda a informação e conhecimento sobre estas áreas em qualquer parte. Portanto, é isso que queria aqui deixar em cima da mesa. Não acredito que uma Câmara socialista pusesse em causa o comboio ou o Giro, tendo em conta a forma como servem a população, não só os residentes mas, concretamente, aqueles que nos visitam. Porque os residentes, quer os jovens quer os mais idosos, têm preços especiais em função daquilo que são as diversidades de idade, pelo parque escolar e mais idosos. Essa parte está resolvida! Agora, é evidente que isto tem um percurso e o percurso é, quando houver uma taxa de 100% conseguimos dar um serviço público de qualidade e sem prejuízo." -----

Luís Reis - "Eu só faço eco dos sentimentos dos comerciantes lá de baixo. Na realidade somos uma cidade mas somos, no fundo, meia cidade. Porque a partir de fins de Setembro, Outubro, a cidade lá em baixo morre. Se não haver um apoio, para que as pessoas em vez de deixar os carros cá em cima na Câmara para terem de se deslocar lá a baixo. Nem todos são ágeis e, aliás, o turista de inverno é mais de terceira idade, e a partir de determinados meses não temos nenhum turismo, precisamente nenhum. Até os grandes restaurantes, alguns fecham e outros reduzem os empregados a metade. O que é certo é que, se não dermos umas pequenas bolsas de oxigénio, que há muito lhes têm sido retiradas, aquela parte lá em baixo, aliás, não é a primeira vez que digo isto, já o digo há muitos anos! Se esse parque continuasse a existir dentro dos moldes do anterior, talvez fosse uma pequena mais-valia para que houvesse mais algumas pessoas. Por exemplo, se os restaurantes não pagassem as esplanadas durante o Inverno, podia ser uma direcção para que os restaurantes não fechassem. Tudo isso vale para a bolsa da pessoa que gere a restauração ou o comércio que tem lá em baixo. Sendo-lhe retirado qualquer mais-valia, que à priori ele estava a usufruir, aos poucos, na realidade, é um contra balanço. Deixa de ter turismo, fica deserto, fecham. É uma pescadinha de rabo na boca, que sempre existiu!" -----

Presidente da Câmara - "Nós estamos numa Assembleia Municipal e é preciso que se saiba. Aquela zona de Albufeira foi a que nos últimos anos teve um maior investimento da Câmara e do Estado, em termos do espaço público, das condições de funcionamento dos restaurantes e de toda aquela zona. E em relação a todo o concelho, aquela zona foi a que foi mais intervencionada em termos de custos, de dinheiro de todos nós, da parte da Câmara e da parte do Estado. É preciso também lembrar isto. O concelho de

Albufeira é um concelho turístico, não é de agora, é de há muito tempo, e tudo isso tem a ver com os mercados emissores e a capacidade que nós temos. E nós temos 41% de camas de toda a região do Algarve. E temos seis milhões de dormidas, por ano, em Albufeira. E temos, obviamente, muitas das vezes, ofertas que não correspondem àquilo que os turistas querem. Porque essas ofertas são oferecidas por quem tem as condições dos serviços que prestam, também têm de se adaptar a essas realidades. E a situação de Albufeira não é uma situação diferente das outras regiões do Algarve. As cidades turísticas do Algarve estão, naturalmente, vazias nesta altura, como estão as cidades turísticas do sul de Espanha. Nós queríamos, realmente, que tivéssemos gente todo o ano e, muitas das vezes isso não é possível porque o nosso mercado é o mercado inglês, muito forte e o alemão. E se as economias desses mercados não estão em condições de fornecer e de mandar pessoas, é difícil que as cidades como Albufeira tenham essas condições. Nós sabemos, porque estivemos aqui, que durante muitos anos, Albufeira era uma terra que foi começando a funcionar em termos turísticos, depois quiseram que fosse uma coisa impressionante, mas esses tempos acabaram. Portanto, agora é preciso ter ofertas diferentes para gente diferente, que vem de todo o lado. Albufeira nunca será, como o Algarve nunca será, uma cidade turística para chineses e japoneses. Nós falamos no centro histórico, Albufeira tem um centro antigo. Não se pode dizer que Albufeira tem um centro histórico, todos sabemos que isto é verdade. Cada realidade é uma realidade diferente. E parece que essas pessoas não se lembram ou não sabem, como era Albufeira há uns anos atrás. Nós subimos muito depressa, as coisas foram-se construindo e fazendo em função das necessidades que havia e que se foram criando. Os tempos são diferentes! Nós temos hotéis a mais nesta altura, mas há dez anos não eram a mais. E toda essa oferta, há dez, quinze anos, não havia mercados tão fortes na África e nessas zonas de todo o mundo. Nós não precisávamos de fazer nada para termos turistas. Agora não, é preciso ir buscá-los. Mas temos outro problema. Queremos ir buscá-los à Suécia, aos países nórdicos, eles querem vir mas, a TAP não põe aviões para ao trazer. Há aqui um problema da situação de mobilidade de meios de transporte. Portanto, estamos todos dependentes desta lógica, desta máquina, que direcciona os turistas para onde querem. Depois, temos por exemplo o Egipto que oferece o bilhete de avião e o combustível. Todos nós sabemos que isto é assim. É importante, nós não desvalorizarmos aquilo que temos e o que temos, evidentemente, não está tudo perfeito. Há sítios no concelho que se queixam, porque não foi feito o investimento que foi feito na baixa e, depois a baixa queixa-se que o que foi lá feito não é suficiente. E passam por aquela baixa milhões e milhões de pessoas. Uns vendem mais que os outros. Outros terão mais condições que os outros. Mas é assim, o mercado livre é assim! Não podemos intervir naquilo que é a oferta de cada um." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia ao Período da Ordem do Dia. -----



Presidente da Assembleia –“Foi remetido para vós, o projecto de intenção de construção de um cemitério em Ferreiras. Isto para ser admitido hoje em trabalhos, torna-se necessário que a Assembleia se manifeste, no mínimo com 2/3 dos seus membros, favoravelmente à admissão deste assunto a ser hoje deliberado. Eu vou colocar esta admissão à votação.” -----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DE NOVO PONTO NA ORDEM DE TRABALHOS -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Sara Carvela, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Luís Fernandes, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

O ponto é admitido por unanimidade -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 28/11/2011; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca a acta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Sara Carvela, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Luís Fernandes, Pedro Farinha, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----



O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para a concessão da concepção, construção e exploração do crematório de Albufeira, nos termos da alínea q) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - "Era só um esclarecimento relativamente a esta questão. Penso que é do conhecimento geral que há neste momento mais uma ou duas Câmaras do Algarve que estão também a desenvolver um projecto desta natureza. Até que ponto, independentemente de ser importante em Albufeira, eventualmente, esta situação, nomeadamente Faro estar a desenvolver também um projecto para um crematório, pode implicar com a viabilidade desse mesmo investimento. Sabendo, ou penso eu, que este investimento é para ser dado em concessão. Portanto, quem construir eventualmente também terá concessão. E se isso poderá ou não afastar eventuais interessados uma vez que o Algarve, penso eu, não necessita mais do que um forno crematório e, tendo mais dois ou três poderá haver excesso de oferta." -----

Presidente da Câmara - "Essa questão é uma questão de mercado. Nós desde o princípio, aquele cemitério tinha uma zona pensada para a possibilidade de se localizar ali um crematório. Desde há alguns anos tem havido, inclusive a Câmara há uns anos, até mandou fazer um projecto, depois não avançou porque na altura, se calhar, não era prioridade e, também, o número de pessoas que têm esta predisposição para terminar as suas vidas daquela forma tem vindo aumentando e daqui a três, quatro anos, nós entendemos que era importante desenvolver um processo que pudesse chegar a um processo deste género. Não tendo a Câmara as condições para fazer a construção, preparou todo o processo de modo a que se abra um concurso de construção, concessão e exploração. É evidente que coincidiu, eventualmente, com timings muito parecidos com a Câmara de Faro e de Loulé, penso eu. Agora, caberá ao mercado e às empresas que têm estas áreas, perceber bem em termos de localização, em termos daquilo que são as condições de cada um deles, poder fazer isso. Mas, não me parece que agora à partida nós possamos recuar e guardar na gaveta, só por causa de outros. É um bocado, estar a guardar as armas dizendo "se eles vão fazer, nós não fazemos". A ideia foi, continuar com o processo de pé, e o mercado funcionará. Se houver gente interessada, será feito. Se não houver gente interessada, não será feito. Neste momento, estar a fazer futurologia com isto, não vale a pena. No nosso entender, acho que é assim." -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----
 Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Sara Carvela, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Luís Fernandes, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 Ausências: uma (01) Carlos Santos. -----
A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da comparticipação financeira à Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve; -----
Presidente da Assembleia - "Este ponto que é, "Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da comparticipação financeira à Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve", foi recebido nos serviços da Assembleia Municipal um ofício do Senhor Presidente da Câmara, esta tarde. Não sei se quer que eu leia ou lê o senhor Presidente?" -----
Presidente da Câmara - "Não, o senhor Presidente da Assembleia pode ler." -----
Presidente da Assembleia - *"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Assunto: Proposta de Comparticipação Financeira à Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve, para execução de obra de construção do equipamento social denominado "Aldeia da Solidariedade". E diz o seguinte: "Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º32/2012, de 13 de Fevereiro, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2012 e as novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, de forma a uma melhor análise das implicações que advêm das referidas regras, solicita-se que seja retirada da ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar no dia de hoje, a Proposta de Comparticipação Financeira à Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve, para execução de obra de construção do equipamento social denominado "Aldeia da Solidariedade", sendo a mesma apresentada em tempo oportuno. Com os melhores cumprimentos. O Presidente da Câmara Desidério Jorge da Silva"* Não sei se quer dar mais algum esclarecimento? -----
Presidente da Câmara - "Sim, sim." -----
Presidente da Assembleia - "O Presidente tem a palavra." -----
Presidente da Câmara - "O que acontece é que, na segunda-feira, dia treze, entrou em vigor uma nova legislação, onde trás algumas regras, e trás algumas exigências pelo qual tendo em conta aquilo que também está a ser preparado, que é a questão das dívidas dos municípios e tudo isso, os serviços entenderam e eu também, vendo a legislação, que era importante percebermos, porque eu próprio liguei logo de imediato



para o Secretário de Estado das Autarquias e amanhã vai haver uma reunião no Ministério das Finanças com o Secretário de Estado das Autarquias, o Secretário de Estado do Orçamento e a Associação Nacional de Municípios, para esclarecer algumas destas questões e destas dúvidas, que estão em cima da mesa. Porque, eu fui contacto por três ou quatro colegas meus e portanto, há aqui uma situação que não está, quer dizer, há interpretações que não estão ainda, como tudo, das leis que entram. Hoje é quinta-feira, foi na segunda-feira. E tendo em conta estas novas exigências e os compromissos e tudo isso, portanto, verificando o presupostos, não pondo em causa a intenção daquilo que é a "Aldeia da Solidariedade", mas acho que, para salvaguardar quer a Câmara quer a própria Instituição, eu acho que, e tive o cuidado de falar hoje com o Paulo Almeida e com o Guido que estiveram lá comigo. A partir do momento que tive a informação e que me ligaram sobre esta matéria, tive o cuidado de falar com eles e dizer-lhes que era minha intenção, hoje, fazer este pedido de retirar este ponto, não pondo em causa, neste momento, mas, há dúvidas que estão em cima da mesa e acho que nesta fase é uma questão de salvaguardar essas dúvidas, percebermos bem o que é que a própria legislação tem, e inclusive, algumas correcções que vão ser feitas. E portanto, é nesse sentido que eu fiz esta tarde o ofício para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal." -----

Presidente da Assembleia - "Muito obrigado Sr. Presidente. Pois este ponto fica então retirado. Vamos passar ao ponto seguinte. "Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal ..." -----

(interrupção) Francisco Oliveira - "Senhor Presidente, não há votação sobre este ponto? Se retira ou não?" -----

Presidente da Assembleia - "Então? Está retirado." -----

Francisco Oliveira - "Está retirado?" -----

Presidente da Assembleia - "Então, o proponente retirou o ponto. Quer votar o quê? Diga lá." -----

Luís Fernandes - "Mas não é o Senhor Presidente que faz a ordem de trabalhos. É o Presidente da Assembleia Municipal que faz a ordem de trabalhos." -----

Presidente da Assembleia - "Oh meu caro amigo ..." -----

(interrupção) Luís Fernandes - "Temos de votar isto para sabermos se retiramos ou não retiramos." -----

Presidente da Assembleia - "Desculpe lá. Para já não lhe dei a palavra e em segundo lugar quem dirige esta assembleia sou eu. Se o proponente retira a proposta, se o senhor fizer uma proposta, que está aí nessa bancada, e retirar a proposta, não me diga que não tem liberdade de retirar essa proposta?" -----

Luís Fernandes - "Eu penso que não." -----

Presidente da Assembleia - "Pensa que não!? Pois eu penso que sim e quem dirige a assembleia sou eu e, portanto, a proposta está retirada. Ponto final. E não há mais discussão e não se fala mais no assunto. Está bem?" -----

Luís Fernandes - "Pronto." -----

Presidente da Assembleia - "Pronto. Estamos entendidos, não estamos? Vamos passar ao ponto seguinte. Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de atribuição de interesse público municipal do projecto "Passeio Marítimo de Albufeira", nos termos da alínea o) do n.º1 e da alínea b) do n.º3, ambos do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; Inscrições? Não há inscrições? Luís Reis tem a palavra." -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de atribuição de interesse público municipal do projecto "Passeio Marítimo de Albufeira", nos termos da alínea o) do n.º1 e da alínea b) do n.º3, ambos do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Luís Reis - "Estive a ver o projecto e a única dúvida que eu constatei e que venho aqui pedir algum esclarecimento, não tenho a certeza se li bem, mas parece-me que li que a distância a que esse passeio marítimo vai ser instalado é o dobro da altura das arribas, ou o dobro da altura da arriba. Não sei qual é o ponto da arriba que é tomado em conta? Se percebi bem? Se é o dobro? Eu li lá que é o dobro. Não estou a ver o passeio, se for considerado o miradouro do Rossio que deve ter doze, quinze metros, será que na realidade o passeio vai funcionar a vinte e quatro metros do antigo passeio que tínhamos, que caiu ou que foi tirado? Será que é vinte e quatro metros daí? É o dobro? Não percebi bem. Se é o dobro, eu vejo o passeio como uma situação que vai desnaturar um pouco toda aquela envolvente, toda aquela rocha, todo aquele visual, em que vai aparecer ali uma arquitectura em ferro, implantada a uma distância considerável. Pronuncio-me já que sou contra este projecto porque acarinieei sempre o passeio junto às rochas e sempre achei que a recuperação do passeio seria feito nas arribas que nós ali temos, depois de as segurar, e que seria muito mais íntimo com a natureza do que projectá-la a vinte, trinta metros da nossa cota. Tenho imensa pena que isso não aconteça. Pode ser uma maneira diferente de ver o mar, mas posso considerar-me uma pessoa saudosista em relação a isso. Saudosista não quero dizer com isso que não tenho o espírito aberto a novas coisas, mas este aqui é preciso, realmente, ter um grande espírito aberto para ver o passeio no meio do mar. É só isso."

Carlos Gabriel - "É só para responder ao saudosismo. É que se o passeio está projectado sobre estacas, em frente à arriba rochosa, efectivamente, isso sim, é a beleza do Algarve, de Albufeira e que em grande parte foi destruída. Para pormos esse passeio na arriba, o saudosismo ia-se todo a baixo. Porque para se sustentar um passeio naquela formação rochosa que lá existe, tínhamos de fazer toda aquela falésia em betão. E o senhor consulte os documentos anexos à proposta, tem lá os estudos e a representação das falhas tectónicas existentes na zona. Para sustentar um passeio naquela zona tínhamos de ter uma muralha de betão. Portanto, para defender o saudosismo, acho que este passeio sobre a água, paralelo à costa, para saber os metros é só medir porque está feito à escala, eu não tenho de memória mas é fácil saber, é um salvaguardar da natureza, na medida em que quando passamos nesse passeio temos a norte a arriba e a sul temos o mar. E de Inverno, quando não tivermos nada que fazer

porque o turismo pára, agarramos a cana de pesca e vamos para lá pescar à linha. Isto é que é saudosismo! Não é destruir o saudosismo. A minha posição é, cem por cento de acordo com este projecto.” -----

Luís Reis - “Pois eu não estou, minimamente, cem por cento de acordo com este projecto, como não estive cem por cento de acordo com a Polis e com os materiais que foram utilizados. Não sei quem é que vê a Polis como uma situação de bem-vinda para a cidade de Albufeira, que destruiu metade da zona histórica e tradicional que nós tínhamos e que daí advém que, grande parte do turismo acaba por passar por lá e acha que aquilo é uma situação mais híbrida do que tradicional. Conheço Albufeira há muito tempo, tenho sessenta e um anos e sei como é que as coisas evoluíram e, não tenho maneira nenhuma de aceitar que Albufeira tenha sido destruída e se utilizado materiais que não têm nada a ver connosco. Aquelas lajes que estão lá no chão, não têm absolutamente nada a ver connosco. São coisas que, realmente, vocês não falam. As pessoas dizem pura e simplesmente que a Polis enterviu e que está tudo muito bem, mas aquilo é uma asneira de todo o tamanho. Eu continuo a dizer que, não era preciso estar a fortificar aquelas arribas todas, nós sempre temos vivido com aquela situação ali. Houve aquela derrocada porque alguém se lembrou de fazer uma piscina. Toda aquela situação era passível de ser protegida e de as arribas serem tratadas, como sempre foram, mas não da maneira como fizeram junto às praias, que acabou por dar um toque parecido à natureza mas não tem nada a ver com nada e, vai-se galgando por aí. Os meus caros amigos acham que está tudo muito bem. Aliás, os meus filhos olham para Albufeira e dizem que gostam muito de Albufeira. Mas não vêm de lá de trás, apanham com aquele impacto que está ali e está tudo bem, é giro. Mas nós que vivemos cá há muito tempo e vemos o evoluir, e a maneira como isto aos poucos vai-se adulterando e nós vamos consentindo este adulterar e vamo-nos confortando com a adulteração que a própria cidade tem, não é pera doce meus caros amigos.” -----

Ana Simões - “Independentemente de concordarmos ou não com o projecto, em termos de segurança de forma alguma se podia fazer o passeio nos moldes que estava o passeio antigo. Porque se pensarmos um bocadinho, e nós tivemos as experiências das derrocadas e sabemos o que é estar perto da arriba. Aquelas arribas são lindas, isto é a minha opinião, têm muita vida, é uma arriba viva, estão lá muitos animais, portanto a ideia de as acimentar era um pouco contra natura e ainda mais com o estudo que vem a suportar os documentos que fala exactamente sobre o que é que lá vive, da biodiversidade tanto dentro de água como fora de água, da arriba, desde as aves às plantas, tudo e mais alguma coisa. Tudo bem! Mas a ideia de o passeio ser feito com alguma segurança, volto a lembrar, a praia Maria Luísa, as derrocadas que têm havido por todo o lado e elas vão continuar, não é uma brincadeira que se possa levar de ânimo leve, portanto, qualquer coisa que se pudesse fazer implicava a destruição da arriba pela segurança. Ora se o que queremos ver é precisamente a arriba, não há outra maneira se não afastarmos e há uma medida mínima que temos de nos afastar da arriba para podermos fazê-lo com segurança, é de duas vezes ou duas vezes e meia. É tal e qual como nós estarmos na praia e não nos podermos colocar por baixo da arriba,

temos de andar uma vez e meia ou duas, pelo menos, da altura da arriba para podermos estender a toalhinha. Não pode ser feito de outra maneira!" -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Sara Carvela, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Luís Reis, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: três (03) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira e Luís Fernandes. ----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de publicidade, até 2 de Maio de 2012, aos proprietários e exploradores de estabelecimentos comerciais, de restauração e de bebidas, prestação de serviços e unidades hoteleiras, abrangidos pelo disposto no n.º3 do art.1º da Lei n.º97/88 de 17 de Agosto, na redacção dada pelo D.L. n.º48/2011 de 1 de Abril; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Sara Carvela, Luís Fernandes e Luís Reis. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----



PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública, para artistas e artesãos, nas ruas e avenidas localizadas apenas no centro da cidade, para o corrente ano civil de 2012; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Alberto Saraiva - "É apenas uma pergunta simples. Qual foi o critério para que seja só no centro da cidade?" -----

Presidente da Assembleia - "Quer responder Sr. Presidente?" -----

Presidente da Câmara - "Peço ao Sr. Vereador Sequeira." -----

Vereador José Sequeira - "A ideia não era apenas no centro da cidade. Muito honestamente, a ideia era no concelho de Albufeira. Vou verificar o que se passa, há aqui qualquer erro. A isenção para artistas e artesãos é para o concelho de Albufeira e não para o centro da cidade." -----

Presidente da Assembleia - "Temos aqui o mapa com as ruas assinaladas e tudo." -----

Vítor Vieira - "Penso que, o que estava subjacente a isto e algumas conversas tidas na baixa da cidade e na Oura, era no seguimento do bom trabalho executado no ano passado na Av. da Liberdade com os artesões e artistas, ir dando o seguimento gradual e ir tentando animar a cidade a custos módicos, que as pessoas praticamente trabalham de graça mas sem ser necessário haver um crivo da Câmara a autorizar as pessoas que lá vão para poder controlar quem lá está e o que estão lá a fazer. Normalmente são pintores, pessoas que fazem animação ao vivo e que mantêm uma animação naqueles locais. A ideia é ir aumentando gradualmente pelo concelho, porque há pessoas que se predispõem trabalhar naqueles sítios praticando actividades de interesse lúdico para as pessoas que nos visitam. Penso que esta é a ideia." -----

Vereador José Sequeira - "É essa a ideia, sim!" -----

Presidente da Assembleia - "Já troquei uma opinião com o Sr. Presidente sobre esta matéria e que poderia ser eventualmente corrigida e ser retirada, mas não, mantem-se o ponto sem prejuízo de poder ser alargada esta situação a outras zonas do concelho, designadamente a Oura." -----

Vítor Vieira - "No ano passado, este tipo de programa foi aplicado na Av. da Liberdade e funcionou, mas tem de ser com cuidado para podermos ir escolhendo as pessoas. Agora, está a ser lançado para mais." -----

Não mais havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira,

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Sara Carvela, Luís Fernandes e Luís Reis. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO OITÁVO

Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ do ano 2011, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

Saiem da sala os elementos pertencentes à CPCJ de Albufeira e o Presidente da Assembleia faz uma proposta no sentido de se tomar conhecimento do relatório da CPCJ. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PRESIDENTE DA A.M. - TOMADA DE CONHECIMENTO

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Eugénia Baptista, Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: dez (10) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Sara Carvela, Luís Fernandes, Luís Reis, Nuno Lage e Lisboa, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos e Ana Simões. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

Presidente da Assembleia - "Vamos passar ao último ponto, o que foi admitido no início, que é a questão da declaração de interesse municipal para a intenção de projecto de um cemitério em Ferreiras. A sua localização é a norte da igreja. Trata-se de um interesse municipal no sentido de desafectar o terreno que está em Reserva Agrícola."

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de declaração de interesse municipal para intenção de projecto de um Cemitério em Ferreiras. -----

O Presidente da Assembleia passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista,



Alberto Saraiva, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Sara Carvela, Luís Fernandes e Luís Reis. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 20 de Fevereiro de 2012 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____